

A base sobre a qual se assenta a concepção do Plano Plurianual 2004-2007 é a realidade na qual ele vai ser implementado. Ou seja, a situação da Bahia no contexto do país e do mundo, onde se observa um quadro de incertezas e de crise quase permanente, seja do ponto de vista econômico, com a globalização impondo um alto preço aos países em desenvolvimento, seja no que concerne ao aspecto geopolítico, marcado pela unipolaridade estratégica internacional, estabelecendo e consolidando um quadro de desigualdade militar, política e econômica entre as nações.

A globalização é a marca da economia moderna, tendo definido uma realidade dominada pela interligação acelerada dos mercados nacionais, pela possibilidade de movimentar grandes volumes de dinheiro mediante um simples comando de computador, pela instantaneidade no processamento, difusão e transmissão de informações, pela interdependência entre mercados, empresas, regiões e estados, assim como pelos avanços tecnológicos que se processam em ritmo acelerado, criando novas relações de produção e ampliando a distância competitiva entre países ricos e países pobres.

Na economia globalizada, os custos de produção ficam gradualmente menores, à base de uma tecnologia cada vez mais avançada, definindo uma realidade onde a mão-de-obra pouco qualificada é quase sempre descartada e onde os países que não têm condições de acompanhar o ritmo acelerado da revolução tecnológica ficam decididamente para trás. Nesse sentido, a globalização é concentradora de renda, com os países ricos subsidiando seus produtos agrícolas e os países pobres lutando contra a desvalorização das suas matérias-primas e contra o atraso tecnológico.

O desemprego configura o lado mais perverso da globalização, decorrente do declínio das taxas de crescimento na economia mundial e do avanço de tecnologias que eliminam postos de trabalho. A revolução científico-tecnológica vem aumentando expressivamente a capacidade produtiva e reduzindo, na mesma proporção, a dependência de demanda de mão-de-obra para operar os processos, gerando um desemprego de ordem estrutural e irreversível. Trata-se de um quadro de difícil futuro para países cuja produção assenta-se na utilização de mão-de-obra barata e escassamente qualificada e/ou na exportação de matérias-primas.

Outros aspectos são inquietantes e desafiadores na moderna economia mundial. Um deles é a crescente autonomia do setor financeiro em relação ao Estado e a sua gradativa predominância e controle sobre o setor produtivo. Com os avanços tecnológicos nos campos das comunicações e informática, grandes volumes de capital circulam pelas principais economias do planeta em tempo real. O caráter volátil e a imensa movimentação desses capitais criam e desfazem crises, provocando instabilidade e desequilíbrio financeiro em economias menos sólidas.

Tais são, em síntese, as características da realidade mundial, hoje marcada por grandes, profundas e aceleradas mudanças, pelo crescimento das desigualdades e da exclusão social, por uma generalizada incerteza quanto ao futuro, mas, ao mesmo tempo, pelas crescentes reivindicações e anseios da sociedade por bem-estar e segurança, pela preservação ambiental, pelo direito ao trabalho, por justiça, paz e igualdade entre os povos e nações. É nesse quadro de contornos imprecisos que se insere a crise brasileira.



O Brasil do século XXI convive com a globalização, com as novas tecnologias e com todos os resultados, positivos e negativos, das significativas alterações da realidade mundial nas últimas décadas, agregando a isso a sua própria realidade, peculiar, específica, plena de potencialidades e de problemas, alguns dos quais seculares, mas rica em desafios, cuja forma de enfrentamento é que definirá o futuro do país.

Se o mundo transformou-se a uma velocidade espantosa nos anos recentes, o Brasil também sofreu importantes mudanças. A economia do país, depois dos tempos conturbados das décadas de 70 e 80, viveu um período de reorganização, ao longo dos anos 90, embora também de baixo crescimento econômico e de avanços acanhados na área social. O crescimento brasileiro do início dos anos 70, com grande expansão industrial e expressiva elevação do Produto Nacional Bruto – ao qual chegou-se a nominar de “milagre econômico” –, alinhou o país entre as dez maiores economias do planeta, mas contribuiu para gerar e não foi capaz de resolver importantes problemas estruturais, que iriam se intensificar nos anos seguintes.

Grandes contingentes da população do campo passaram a migrar para as cidades, atraídos pela maior oferta de empregos, fazendo aumentar a demanda por serviços públicos, habitação, saúde, educação e saneamento e gerando grandes bolsões de pobreza nas periferias das maiores cidades. A crise do petróleo, na primeira metade da década de 70, freou a expansão da economia, fazendo aumentarem progressivamente os juros e diminuir os investimentos. A dívida externa crescia e a inflação chegou a dois dígitos, passando a três dígitos na década de 80, quando o país conviveu, em um único período de Governo, com três

diferentes padrões monetários – o cruzeiro, o cruzado e o cruzado novo –, vindo desabar o valor de face da sua moeda. Com um crescimento médio do PNB de apenas 1,5% ao ano entre 1980 e 1990, esse período entrou para a história do país como “a década perdida”.

Mudanças importantes começaram a ocorrer a partir do início dos anos 90, com o esgotamento do modelo econômico praticado até então e a gradativa introdução de reformas na economia brasileira, principalmente através de um grande esforço de privatização, buscando a transição do monopólio estatal para a economia de livre mercado. Essa transformação ganhou corpo a partir de 1994, quando o Governo Federal implementou o Plano Real, um ambicioso programa de estabilização econômica, que estabeleceu uma nova moeda e uma nova política monetária para o país.

Dessa forma, sem medidas heterodoxas, sem confiscos nem congelamento de preços e salários, a inflação foi finalmente mantida sob controle. Foram privatizados os mais importantes setores produtivos e reestruturadas as dívidas públicas, as tarifas de importação foram reduzidas e a liberdade econômica foi significativamente ampliada – traduzida em liberdade de preços e de mercados, na desregulamentação econômica e na busca da integração competitiva da economia brasileira.

Esse quadro de estabilização da economia e controle da inflação teve reflexos de curto prazo no aumento do poder de compra da moeda, numa maior oferta de produtos graças à abertura do mercado brasileiro e num acelerado crescimento da demanda, que teve de ser contido à base de aumento da taxa de juros e restrição ao crédito. Buscava-se criar as



condições para um crescimento sustentado da economia, com distribuição de renda e sem explosão de demanda.

A despeito da persistência de alguns problemas e do agravamento de outros, é justo destacar as mudanças positivas ocorridas no Brasil ao longo da década de 90, como o aumento e a descentralização dos gastos sociais, a criação de programas e mecanismos de transferência de renda – como a bolsa escola e a aposentadoria rural –, assim como a redução do percentual da população abaixo da linha de pobreza, com uma lenta, mas detectável, redução dos bolsões de miséria.

Diversos indicadores atestam essas transformações, entre os quais o crescimento expressivo do atendimento escolar no ensino fundamental, com 97% das crianças entre 7 e 14 anos na escola, assim como a redução da mortalidade infantil, o aumento da expectativa de vida da população, a redução da taxa de analfabetismo e o significativo crescimento da produção agrícola. O país modernizou suas estruturas, aumentando, de forma significativa, o percentual da população atendido com energia elétrica, água tratada, rede de esgoto e coleta de lixo.

Apesar desses avanços observados e da imagem mais consistente com que o país passou a ser visto no exterior, a década de 90 foi um período de baixo crescimento econômico, com o PIB crescendo em média 2% ao ano, taxa que tangencia a estagnação e que fez o Brasil perder posições no *ranking* das principais economias do planeta, caindo da 9ª para a 11ª colocação, ultrapassado por México e Espanha. Refém das altas taxas de juros, a economia

brasileira viu-se engessada e incapaz de promover o desenvolvimento da produção e a geração de novos empregos.

O novo modelo da economia do país também não se mostrou capaz de contribuir para a eliminação das desigualdades regionais, consolidando um cenário de concentração econômica que torna cada vez maior a distância entre o Centro-Sul rico e o Norte-Nordeste pobre. A esse quadro, acrescente-se o persistente crescimento da taxa de desemprego aberto e o aumento expressivo do mercado informal de trabalho no país.

Outro aspecto inquietante é o significativo crescimento da dívida pública brasileira observado nos anos 90, resultante, entre outros fatores, de uma política de endividamento inadequada, com a utilização crescente de títulos da dívida indexados ao dólar como instrumento de financiamento governamental, além da elevação progressiva das taxas de juros reais. Dessa forma, a dívida brasileira atingiu patamares inéditos na história do país, chegando a mais de 50% do PIB, fazendo com que a poupança nacional passasse a ser cada vez mais utilizada para financiar os déficits fiscais e estabelecendo um quadro de difícil administração a médio e longo prazos.

Os problemas de uma economia onde convivem baixos índices de crescimento, altas taxas de juros e elevação do desemprego fizeram com que a estrutura de distribuição de renda no país pouco fosse alterada, criando obstáculos à mobilidade social. Esse conjunto de fatores gerou uma série de conseqüências negativas para a vida nacional, entre as quais uma das mais graves é o alarmante aumento nos níveis de violência e o crescimento fora de controle



do crime organizado no país. A Unesco coloca o Brasil em terceiro lugar no *ranking* das nações mais violentas do mundo, o que, entre outros resultados, afeta a imagem do país no exterior e tem reflexos diretos no desempenho de um setor importante na economia de muitas nações, que é o turismo internacional de lazer e negócios.

Outro aspecto marcante da realidade brasileira, definida ao longo da década de 90, foi a redefinição das funções do Estado. A globalização, a crise fiscal das nações em desenvolvimento, notadamente da América Latina, entre outros aspectos, tornaram inadiável promover a diminuição do tamanho do Estado, que havia se desviado de suas funções básicas e ampliado excessivamente sua presença no setor produtivo. Era preciso reverter o gigantismo do Estado, reduzir a sua presença na economia, enfim, substituir o Estado ineficiente e corrupto por um Estado planejador, provedor dos bens públicos, voltado para o exercício de uma função reguladora e intervindo cada vez menos nas atividades produtivas.

A redefinição da estrutura e do papel do Estado passa pela busca e desenvolvimento de novas técnicas de produção e de soluções institucionais para a redistribuição da riqueza, para a garantia dos direitos do cidadão, para a reversão do atraso social de décadas de concentração de renda, para a promoção do crescimento sustentado. Cabe ao novo Estado, que se pretende definir, o provimento dos bens públicos, como a justiça e a segurança pública, assim como a responsabilidade pela promoção do equilíbrio macroeconômico, pela gestão da previdência social, pela infra-estrutura, pela garantia da qualidade dos serviços públicos e dos direitos da cidadania.

A Bahia, com sua grande importância histórica, cultural, política e econômica no contexto nacional, sofreu as repercussões de todas essas circunstâncias e transformações da realidade brasileira. Para melhor avaliar essa influência, contudo, é importante levar em conta a estrutura da economia baiana e as grandes mudanças por que passou o Estado, principalmente a partir da década de 50 do século passado, depois de quase 200 anos de estagnação e isolamento econômico.

Esse quadro só começou a mudar a partir da década de 50, após a descoberta do petróleo, pela primeira vez no Brasil, em águas da Baía de Todos os Santos, em 1949. As atividades de exploração e a implantação da refinaria de Mataripe despertaram a vocação da Bahia para a atividade industrial de grande porte, sinalizando para uma radical transformação no perfil econômico do Estado, que começou a passar de um modelo de produção primário-exportador para uma economia de base industrial.

Era o início de uma mudança importante e definitiva, que incluiu a construção de grandes estradas, a adoção de uma política consistente de incentivos fiscais e uma acelerada industrialização do Estado. A partir da década de 70, a Bahia deu início ao seu segundo ciclo de desenvolvimento industrial, com o advento da indústria petroquímica e, logo depois, com a metalurgia do cobre e a modernização dos setores de comércio e serviços. Cabe destacar, também, o desenvolvimento do turismo como importante atividade econômica na Bahia, com o provimento de infra-estrutura e a profissionalização do setor, processo que ganhou corpo ao longo da década de 90. Nos últimos 30 anos, a economia do Estado apresentou taxas de crescimento superiores à média nacional e hoje ocupa a



sexta posição no *ranking* dos Estados brasileiros e a primeira no Nordeste no que concerne ao Produto Interno Bruto.

Na década de 90, a Bahia começou a viver uma nova etapa do seu processo de desenvolvimento, com o início da transformação da sua matriz industrial e a definição de um novo perfil econômico, buscando o adensamento da sua cadeia produtiva, de modo a passar de centro produtor e exportador de *commodities* para produtor de bens de consumo final, através de políticas adequadas de atração de negócios e investimentos. Essa mudança traduziu-se na expansão e dinamização do parque industrial baiano, processo que teve como marco principal a implantação do complexo automotivo da Ford, em Camaçari, que começou a operar em 2001.

O Estado começava a viver, então, uma efetiva reestruturação dos setores produtivos, buscando uma maior integração das suas cadeias de produção, com o intuito, principalmente, de criar as condições para absorção, pela própria indústria baiana, de parte da produção estadual de bens intermediários, integrando-a com a florescente indústria produtora de bens finais. Outro aspecto importante observado durante a década de 90 foi o esforço da Bahia no sentido de promover a desconcentração espacial das atividades econômicas, com um notável avanço das atividades agroindustriais e agropecuárias.

Com efeito, a Bahia viu expandir-se significativamente a sua fronteira agrícola e o seu desempenho na produção de alimentos, com a modernização da sua agricultura, a expansão da área irrigada e o crescimento da agroindústria, destacando-se o notável

incremento da produção de grãos na região Oeste e da fruticultura na zona do Baixo Médio São Francisco. Desse modo, a Bahia tem conseguido, nos últimos anos, conjugar a expansão do setor industrial com o desenvolvimento, diversificação e modernização produtiva da atividade agropecuária.

Na área social, os avanços registrados na última década são evidenciados por indicadores importantes, como a taxa de universalização do ensino fundamental, da ordem de 97,3%; a taxa de mortalidade infantil, que caiu de 63,1 óbitos por mil nascidos vivos, em 1995, para os atuais 42,7; o índice de domicílios urbanos ligados à rede de água tratada, hoje de 92,3%; e a taxa de expectativa de vida, que era de 64,7 anos, em 1991, e cresceu para 67,7 anos, em 2000.

Apesar desses avanços e das imensas potencialidades do Estado – que detém o sexto maior Produto Interno Bruto do país –, ainda há um grande caminho a percorrer na busca das soluções para importantes problemas que afetam sua população, notadamente na área social. Nesse sentido, o grande desafio da Bahia é reverter a situação de desigualdade social que ainda persiste.

Some-se a isso o desequilíbrio existente entre as regiões do Estado – que tem quase dois terços do seu território no Semi-árido, no chamado Polígono das Secas, uma área de grande pobreza e enormes dificuldades para inserção na economia estadual, com limitadas oportunidades de geração de riqueza. Nessa região, cerca de 60% da população têm uma renda média mensal inferior a um salário mínimo, cifra que na Região Metropolitana de



Salvador, por exemplo, cai para 34%. Esse quadro configura, a rigor, a coexistência de duas Bahias: a Bahia moderna, industrializada, com uma economia dinâmica, pólo nacional de turismo e grande produtora de grãos; e a Bahia com baixa produtividade e cuja população convive com sérias dificuldades para sobreviver.

É justo ressaltar que pouco não têm sido os esforços de Governo, especialmente nos últimos 12 anos, no sentido de reverter esse cenário social injusto, buscando um patamar mais elevado de desenvolvimento humano e qualidade de vida para o povo da Bahia. Um volume significativo de recursos públicos vem sendo investido em estratégias e programas sociais, mas o caminho a percorrer na direção de uma sociedade menos desigual ainda é muito extenso, até mesmo por conta do grande passivo acumulado no Brasil ao longo do tempo, especialmente na região Nordeste.

Transformar esse panorama será o grande desafio da Bahia nos próximos quatro anos. Para isso, o Estado tem que desenvolver soluções institucionais para redistribuir a riqueza, estimular o processo de desenvolvimento dentro de critérios de sustentabilidade, promover a integração econômica entre as regiões, assegurar os direitos do cidadão, a segurança e a qualidade de vida da população, enfim, promover a inclusão social.

A formulação de estratégias para o desenvolvimento econômico e social do Estado tem que contemplar, portanto, além das carências de renda, infra-estrutura e serviços públicos essenciais, o acesso da sociedade a bens que contribuam para a construção da cidadania – a propriedade, o conhecimento, a cultura e a participação no poder. Isso se traduz no acesso

à educação, à informação, à terra, ao crédito, às tecnologias de produção, a estratégias de qualificação profissional, enfim, aos mecanismos e processos de inclusão social.

O ritmo acelerado, o alcance e a profundidade das mudanças que vêm se processando no mundo, no Brasil e na Bahia, exigem, ao mesmo tempo, consistência e flexibilidade na tarefa do planejamento. Flexibilidade, para permitir a constante avaliação e a eventual necessidade de ajustar metas e corrigir rumos, diante de um quadro de transformações permanentes. Consistência, para contemplar as múltiplas dimensões da realidade e estabelecer o perfil qualitativo que se planeja para o Estado em uma perspectiva de futuro.

O desenho da Bahia que se projeta para as duas primeiras décadas do século XXI está delineado no Plano Estratégico que vem a ser proposto à sociedade baiana, cujo horizonte estende-se até 2020, estabelecendo metas qualitativas no longo prazo, definindo as estratégias gerais e as grandes linhas de intervenção voltadas para promover o desenvolvimento humano e o incremento da competitividade do Estado.

O Plano Plurianual 2004-2007 é o instrumento que define as estratégias e linhas de intervenção, as metas e programas que consubstanciam a ação do Estado para os próximos quatro anos, guardando estrita consonância com a visão de longo prazo que contempla o *Plano Estratégico Bahia 2020*. O PPA é o ponto de partida para a Bahia do futuro, que Governo e sociedade irão construir em parceria: uma Bahia socialmente justa e coesa, com uma economia competitiva e diversificada, espacialmente integrada e ambientalmente limpa.